

# O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL

**CARLOS BENEDITO MARTINS**

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

## RESUMO

*O texto aborda a situação do ensino superior privado em Brasília a partir da noção de campo, em cujo interior as universidades, os estabelecimentos privados e as federações tendem a ocupar posições diferenciadas.*

*Aponta os fatores que contribuíram para a sua expansão: altas taxas de crescimento populacional no Distrito Federal, concentração da burocracia federal e ausência de ensino noturno na universidade pública. Evidencia como sua função principal o atendimento à demanda crescente por certificados do 3º grau, sem observar maior envolvimento com as atividades de pesquisa.*

*Questiona a relação possível entre o crescimento do ensino privado local e a mudança de conduta da universidade pública quanto às estratégias de atendimento ao ensino de graduação.*

*ENSINO SUPERIOR — ENSINO SUPERIOR PRIVADO — QUALIDADE DO ENSINO — DISTRITO FEDERAL*

## ABSTRACT

*PRIVATE HIGHER EDUCATION IN THE FEDERAL DISTRICT. The text treats private higher education in Brasília from the field perspective. In the countryside universities, private establishments and federations tend to occupy different positions.*

*It points to factors contributing to the expansion of private education: high population growth rates in the Federal District, the concentration of the federal bureaucracy and the lack of night classes in the public university. The main factor is shown to be meeting the growing demand for certification at the university level, with no observation of a greater involvement in research activities.*

*It questions the possible relationship between the growth of local private teaching and a change in public university conduct regarding strategies for meeting the demand for university level teaching.*

---

Este artigo foi apresentado no XIX Encontro da Anpocs, realizado em Caxambu em 1996. Constitui um recorte de uma pesquisa denominada Trajetória e Caracterização do Ensino Superior Privado no Distrito Federal (1973-1993).

O hábito intelectual de escolher uma imaginária “universidade brasileira” como objeto de investigação e de construção de um discurso legítimo de reflexão, forma usual de obter ressonância nos meios de comunicação e de estabelecer uma interação eficaz com a comunidade acadêmica, tem contribuído para desviar a análise do fenômeno da enorme diversificação atualmente existente entre as instituições de ensino superior. Os dados indicavam que em 1993 as universidades representavam tão-somente 13% do conjunto das instituições envolvidas no ensino de graduação, ao passo que os estabelecimentos isolados respondiam pela cifra de 77% e as federações de escolas e faculdades integradas responsabilizavam-se pelo restante, ou seja, 10%. Em vez de adotar uma perspectiva, que acaba elegendo o particular como expressão do geral, consideramos mais fecundo, do ponto de vista analítico, focar a situação do ensino superior a partir da noção de *campo*, em cujo interior as universidades, assim como os estabelecimentos isolados e as federações de escolas, tendem a ocupar posições específicas e diferenciadas<sup>1</sup>.

Num intervalo de pouco mais de trinta anos, passamos por bruscas mudanças na configuração do ensino superior brasileiro. No início dos anos 60, contávamos com aproximadamente cem instituições, a maioria delas de pequeno porte, voltadas basicamente para atividades de ensino, as quais abrigavam não mais que uns 94 mil estudantes, com predominância quase absoluta do sexo masculino. Esse quadro contrasta fortemente com os atuais 873 estabelecimentos e 1,6 milhão de alunos matriculados nos cursos de graduação e 58 mil alunos freqüentando os cursos de pós-graduação *stricto sensu* nos primeiros anos da presente década. No bojo dessa mudança ocorreu simultaneamente um aumento significativo da absorção do contingente feminino, assim como a entrada de alunos adultos, já integrados no mercado de trabalho, bem como a interiorização do ensino. Na trajetória desse processo formou-se um campo acadêmico extremamente complexo, marcado pela heterogeneidade institucional, devido à diferenciação das posições ocupadas por essas instituições diante dos dados constitutivos que tendem a comandar o funcionamento desse espaço social, tais como a qualificação do corpo docente, a qualidade do ensino oferecido, a produtividade e capacidade científica instalada, o reconhecimento social e o prestígio acadêmico dos estabelecimentos. Dessa forma, tudo leva a crer

- 
1. Com a noção de campo, procuramos designar um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma no que se refere a outros espaços sociais, isto é, no que se refere a outros campos sociais. Mesmo mantendo uma relação entre si, os diversos campos definem-se através de objetivos específicos, o que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico de um campo possuir sua hierarquia interna, seus espaços estruturados de posições, seus objetos de disputa e de interesses singulares, que são irredutíveis aos objetos, às lutas e aos interesses constitutivos de outros campos. A noção de campo reporta-se aos trabalhos desenvolvidos por P. Bourdieu (1980, 1982, 1987, 1992a, 1992b, 1989).

que existem profundas diferenças não apenas entre as instituições públicas e privadas, mas também no interior desses dois segmentos.

Um dos traços marcantes do funcionamento do campo das instituições de ensino superior brasileiro diz respeito à emergência de um novo parceiro que foi se constituindo durante o recente processo de expansão. De certo modo, até meados da década de 60, este campo estava basicamente estruturado a partir da presença e atuação das instituições públicas, mantidas pelos governos federais, estaduais e municipais, e as confessionais, sendo que estas eram praticamente dominadas pelos grupos católicos. A presença desse ensino privado confessional não era desprezível, uma vez que ele respondia aproximadamente por 44% das matrículas na metade daquela década. No entanto, não foram as instituições confessionais que estiveram à frente do processo expansionista. Este, em grande medida, foi impulsionado pela criação de instituições de perfil laico e com um forte *ethos* empresarial que passou a configurar a existência de um “novo ensino privado”.

Embora nos estabelecimentos públicos as matrículas tenham crescido em torno de 260%, entre 1969 e 1973, constata-se que o “novo ensino privado” foi o responsável por 512% do incremento do ingresso no ensino de terceiro grau naquele período<sup>2</sup>. A percepção por parte dos empresários educacionais da existência de uma clientela em potencial conduziu-os a deslocar parte de seus investimentos, até então predominantemente alocados no ensino de segundo grau, para a criação de estabelecimentos de ensino superior.

A emergência e a entrada deste novo parceiro no interior do campo têm contribuído para intensificar as relações de luta entre os diversos centros de ensino. Desta forma, as instituições incorporadas em seus atores tendem a desenvolver, de consciente ou inconscientemente, um conjunto de estratégias buscando impor a verdade parcial de um estabelecimento ou de um conjunto destes como a verdade das relações objetivas existentes entre eles. De certo modo, a relação de concorrência tem impelido as instituições envolvidas nesse espaço social a intensificar as lutas por qualificar ou desqualificar o que seja “ensino público”, “ensino público estatal”, “ensino privado”, “ensino comunitário”, procurando extrair da construção social destes sistemas classificatórios possíveis vantagens simbólicas e/ou materiais.

Conforme podemos verificar na tabela 1, no ano de 1993, de um total de 873 instituições existentes no país, o ensino privado tomado no seu conjunto,

---

2. A respeito das condições sociais que possibilitaram a emergência do “novo ensino privado”, ver Martins, 1989. A respeito de algumas características do ensino privado, ver também L. A. Cunha (1991), Eunice Durhan e Helena Sampaio (1995), Clarissa Baeta Neves (1995).

ou seja, instituições leigas e confessionais, respondia por 652 estabelecimentos e o segmento público por 221. Certamente um dos desafios que se coloca para uma adequada compreensão do ensino privado é tentar estabelecer a sua heterogeneidade interna.

**TABELA 1**  
**DISTRIBUIÇÃO DAS IES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**  
**BRASIL — 1993**

	Total		Públicas		Privadas	
	N	%	N	%	N	%
IES	873	100	221	25	652	75
UNIVERSIDADES	114	100	61	53,5	53	46,5
FAC. INTEGR., FED. DE ESC.	88	100	3	3,4	85	96,6
ESTAB. ISOLADOS*	671	100	157	23,4	514	76,6

Fonte: MEC/SEEC.

\* Os dados relativos aos Estabelecimentos isolados também incluem o Número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.

Apesar da significativa presença da iniciativa privada que atua no interior do campo das instituições de terceiro grau na Capital Federal, constata-se uma enorme lacuna de pesquisas sobre este fenômeno. Este trabalho tem por objetivo contribuir para o conhecimento de alguns aspectos do fenômeno, apresentando alguns dados parciais de uma investigação, sobre a trajetória do ensino superior particular no Distrito Federal, situando-o no processo da dinâmica de constituição do “novo ensino privado” nacional. Com o propósito de reconstruir a trajetória do ensino superior privado na Capital Federal, foram aplicados 1087 questionários para o corpo discente e 352 questionários para os docentes das instituições aí existentes no ano de 1994. Foram realizadas também entrevistas com os dirigentes dos estabelecimentos privados. Neste sentido, valeria destacar que iniciamos uma nova investigação visando a explorar analiticamente determinadas questões provenientes do levantamento inicial. Esta nova pesquisa, de cunho comparativo, enfocará o perfil socioeconômico e práticas culturais bem como as expectativas profissionais dos alunos que freqüentam atualmente as Universidade de Brasília (UnB) e Católica (UCB).

Em 1993, o ensino superior no Distrito Federal era constituído por um total de quinze instituições. Apenas duas delas pertenciam ao segmento público, ou seja, a UnB e um estabelecimento isolado, o Instituto Rio Branco, ligado ao Ministério das Relações Exteriores e voltado para a formação da carreira diplomática. As treze demais instituições estavam ligadas à rede particular, sendo três delas caracterizadas como faculdades integradas e dez, como estabelecimentos isolados.

**TABELA 2**  
**NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR NATUREZA E**  
**DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — DF — 1973/1993**

ANO	T	UNIVERSIDADE				FAC. INTEGR., FEDER. DE ESC.				ESTAB. ISOLADOS			
		T	F	E	P	T	F	E	P	T	F	E	P
(*) 1973	6	1	-	-	-	...	...	...	...	5	-	-	5
(*) 1974	7	1	1	-	-	...	...	...	...	6	-	-	6
(*) 1975	8	1	1	-	-	...	...	...	...	7	-	-	7
(*) 1976	10	1	1	-	-	...	...	...	...	9	-	-	9
(*) 1977	11	1	1	-	-	...	...	...	...	10	-	-	10
(*) 1978	8	1	1	-	-	...	...	...	...	7	1	-	6
1979	12	1	1	-	-	-	-	-	-	11	1	-	10
1980	12	1	1	-	-	-	-	-	-	11	2	-	9
1981	10	1	1	-	-	2	-	-	2	7	1	-	6
1982	10	1	1	-	-	2	-	-	2	7	1	-	6
1983	10	1	1	-	-	2	-	-	2	7	1	-	6
1984	10	1	1	-	-	2	-	-	2	7	1	-	6
1985	10	1	1	-	-	2	-	-	2	7	1	-	6
1986	9	1	1	-	-	3	-	-	3	5	1	-	4
1987	10	1	1	-	-	3	-	-	3	6	1	-	5
1988	11	1	1	-	-	3	-	-	3	7	1	-	6
1989	12	1	1	-	-	3	-	-	3	8	1	-	7
1990	13	1	1	-	-	3	-	-	3	9	1	-	8
1991	13	1	1	-	-	3	-	-	3	9	1	-	8
1992	13	1	1	-	-	3	-	-	3	9	1	-	8
1993	15	1	1	-	-	3	-	-	3	11	1	-	10

Fonte: MEC/SEEC.

\* Os dados relativos aos Estabelecimentos isolados também incluem o Número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.

Legenda: F = federal; E = estadual; P = particular; T = total.

Por por outro lado, dados de 1993 mostram que as instituições de ensino superior privadas ofereciam um total de 53 cursos, enquanto as federais (UnB e Instituto Rio Branco) somavam 55. O ensino privado no Distrito Federal se concentra em determinadas áreas do conhecimento. Nenhum dos estabelecimentos particulares oferece cursos nas áreas de Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências Biológicas, monopolizados pela UnB. No entanto, percebe-se uma gradativa entrada dos estabelecimentos privados em áreas tradicionalmente

dominadas pelo ensino público, tal como a de Ciências da Saúde — exemplo disso foi a abertura de um curso de odontologia por uma instituição privada. Os cursos oferecidos pelos estabelecimentos privados, agregados em grandes áreas do conhecimento, concentram-se em grande parte nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Somente estas duas grandes áreas do conhecimento abarcam 61% do total dos cursos oferecidos pela rede privada.

Tudo leva a crer que uma constelação de fatores tem contribuído para a expansão do ensino privado no Distrito Federal. Neste sentido, deve-se destacar o significativo crescimento populacional da Capital Federal que nos seus primeiros anos de existência caracterizou-se por elevadas taxas de expansão. Em razão do processo migratório gerado pela construção de Brasília, a taxa anual de crescimento no período 1960-1970 variou entre 43,7% e 60,1%. No decênio seguinte, mesmo declinando, ela não deixou de ser expressiva, uma vez que a taxa média girou em torno de 15,2%. Em 1970, a população urbana do Distrito Federal era de 537.146 habitantes. Em 1992, a população estimada alcançava o total de 1.596.274 habitantes, devendo-se ressaltar que aproximadamente 50% situava-se numa faixa etária inferior aos dezenove anos. Deve-se também salientar o fato de que o ensino secundário local tem apresentado taxas expressivas de crescimento. No ano de 1992, estavam inscritos no 2º grau e no ensino supletivo 116.274 alunos<sup>3</sup>.

Um outro fator a ser levado em conta é a predominância do setor terciário em Brasília, por ser o pólo administrativo do país. Em 1989, 85% da população economicamente ativa do Distrito Federal estava concentrada nesse setor econômico. Uma parte expressiva dos segmentos sociais que compõem esse setor econômico, e de um modo destacado os participantes da administração pública, tendem a associar as suas chances de ascensão e de sucesso social à obtenção de títulos escolares, voltando portanto as atenções principalmente para o ensino de terceiro grau. Essa circunstância tem possibilitado a formação de um mercado consumidor de produtos educacionais que, certamente, não passou despercebido por grupos responsáveis pela criação e desenvolvimento do ensino superior privado local<sup>4</sup>.

---

3. Quanto ao crescimento do ensino secundário do Distrito Federal, consultar o *Anuário Estatístico do Distrito Federal* (1991. p.186).

4. Com relação às condutas sociais de grupos que associam as suas chances de obtenção e/ou preservação de vantagens econômicas e materiais a uma intensificação de investimentos educacionais, ver a análise de Wright Mills (1969), Pierre Bourdieu (1974), Bordieu, Saint-Martin, Boltanski (1979). Com relação à composição da população economicamente ativa do Distrito Federal, consultar o *Anuário Estatístico do Distrito Federal* (1991. p.82).

Por outro lado, um fator que certamente tem condicionado a expansão do ensino privado local repousa no ritmo de crescimento da universidade pública, que apesar de ter ampliado vagas e matrículas, conforme veremos adiante, não acompanhou de forma satisfatória a dinâmica da demanda pelo ensino de graduação, ao longo destes últimos vinte anos. A ausência do ensino noturno na universidade pública local — que vem sendo introduzido lentamente a partir do final da década passada —, ao frustrar os anseios de acesso ao ensino superior público de candidatos que trabalham em período integral, tem constituído provavelmente um outro elemento explicativo na dinâmica de crescimento das instituições particulares. Assim como em diversas regiões do país, o ensino privado local tem se caracterizado pela oferta de cursos no período noturno. Deve-se também acrescentar que este ensino particular tem procurado direcionar-se de forma prioritária para atender uma demanda potencial definida em grande medida pelas necessidades da produção e reprodução da burocracia pública estatal. O fato reflete-se na forte presença, já assinalada, dos estabelecimentos particulares na área de Ciências Sociais Aplicadas, em que a clientela estudantil identifica as suas melhores chances no mercado de trabalho local.

## AS INSTITUIÇÕES

A formação do campo das instituições de ensino superior no Distrito Federal inicia-se com a criação e funcionamento, em 1962, da Universidade de Brasília. Concebida nos moldes de um projeto de modernização acadêmica do país, um dos traços estruturais de sua concepção era o de se tornar um centro de produção de novos conhecimentos, além de se estabelecer como instituição de ensino. De certa forma, esta vocação inicial da UnB apresenta uma continuidade em sua trajetória. Além de oferecer 54 cursos de graduação, em 1993, ela respondia também por 50 cursos de pós-graduação, sendo 37 de mestrado e 13 de doutorado<sup>5</sup>. Neste sentido, tudo leva a crer que, além de se constituir num centro de ensino e de extensão, o fato de a UnB desenvolver também atividades de pesquisa através de seus cursos de pós-graduação, envolvendo um número apreciável de docentes com titulação de doutorado, tem contribuído para conferir uma posição de prestígio e de dominação no campo acadêmico local. Seria conveniente destacar que, a partir de 1995, o reitor da UnB passou a ter um espaço semanal no diário *Correio Braziliense*,

---

5. Com relação aos dados sobre pós-graduação da UnB e das demais instituições brasileiras que se dedicam a este nível de ensino, consultar o documento "A situação da Pós-graduação: 1993" (Brasil, 1994). A propósito da criação e trajetória da UnB, consultar os trabalhos de Darcy Ribeiro, 1961. Ver também do mesmo autor, 1995.

o jornal de maior importância na imprensa da Capital Federal. A partir de publicação de artigos, às vezes em parceria com outros docentes, tem abordado e divulgado as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UnB. De certa forma, a estratégia tem contribuído para reafirmar o reconhecimento acadêmico e social da única universidade pública existente no Distrito Federal e solidificar a sua posição dominante no campo acadêmico local.

Em 1973, o Distrito Federal contava apenas com cinco instituições de ensino superior privadas e apenas duas federais. De 1973 a 1977, a cada ano surgiram de um a dois novos estabelecimentos privados, de modo que em 1979 contavam-se dez instituições particulares. Até 1980 elas encontravam-se na condição de estabelecimentos isolados. Em 1981, surgiram as duas primeiras faculdades integradas no Distrito Federal, o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da União Educacional de Brasília — UNEB — e as Faculdades Integradas da União Pioneira da Integração Social — UPIS. Desta forma, o número total de estabelecimentos foi reduzido de dez para oito, embora deva-se ressaltar o alcance da mudança na organização institucional, na medida em que aponta para o início de um processo de aglutinação das Instituições de Ensino Superior — IES — privadas locais. Em 1986, surgiu mais uma instituição integrada, Faculdades Integradas da Católica de Brasília que, em 1994, viria a se transformar em Universidade. Desde meados dos anos 80, o número de faculdades integradas permaneceu constante até 1993, aumentando de sete para dez os estabelecimentos isolados.

Os dirigentes das instituições particulares, em entrevistas realizadas, destacam de modo recorrente o fato de que a criação de seus estabelecimentos procurou atender às demandas por ensino superior que, na visão deles, não eram respondidas satisfatoriamente pela universidade local. Essas entrevistas ressaltam também a ausência do ensino noturno na UnB como um elemento decisivo que os motivou a criar os estabelecimentos, com o objetivo de proporcionar o acesso a cursos, cuja demanda não era atendida adequadamente pelo ensino público local.

Um outro aspecto característico da história do ensino particular no DF, ao contrário de uma tendência marcante no quadro nacional, é que a quase totalidade das instituições não surgiu como um prolongamento de estabelecimentos de ensino de segundo grau. Observa-se um fenômeno inverso, uma vez constituídas algumas destas instituições, tais como o Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB — e a Universidade Católica, foram criados posteriormente cursos primários e/ou secundários a elas vinculados.

Conforme podemos perceber na Tabela 3, as primeiras instituições privadas surgiram na metade da década de 60.



**TABELA 3**  
**INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DAS IES — DISTRITO FEDERAL<sup>1</sup>**

Instituição de Ensino Superior	Sigla	Início de Funcionamento
Instituto Rio Branco	IRBr	1945 (RJ)
Universidade de Brasília	UnB	1962
Instituto de Ciências Sociais	ICS-AEUDF	1968
Centro de Ensino Unificado de Brasília	CEUB	1968
Faculdades Integradas da UPIS	UPIS	1973
Faculdades Integradas da Católica de Brasília <sup>2</sup>	FICB	1974
Faculdade Dom Bosco de Educação Física <sup>3</sup>	FDBEF	1976
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	UNEB	1981
Faculdade de Odontologia do Planalto Central	FOPLAC	1987
Faculdade Alvorada de Informática e Processamento de Dados		1988
Instituto de Ciências Exatas	ICEX-AEUDF	1989
Faculdade de Reabilitação de Planalto Central	FARPLAC	1990
Faculdade de Ciências Humanas de Brasília <sup>4</sup>	FCHBSB	1991

Fonte: BRASIL/MEC. Catálogo Geral de Instituições de Ensino Superior — 1993. Brasília, Secretaria da Educação Superior, 1993.

1. Embora o MEC indique a existência de 15 IES no DF, ele fornece o nome de apenas 14 instituições. Neste sentido, é importante ressaltar que a pesquisa empírica foi realizada nas IES listadas nominalmente pelo Ministério.
2. Com a Portaria n. 1827, de 28 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 30 de dezembro de 1994, o Ministério da Educação reconhece as Faculdades Integradas da Católica de Brasília como universidade.
3. É importante ressaltar que, atualmente, a *Faculdade Dom Bosco de Educação Física* foi incorporada pela *Universidade Católica de Brasília*.
4. Embora o MEC indique a existência deste estabelecimento, a pesquisa de campo detectou que, em 1994, esta instituição inexistia de fato.

As duas primeiras destas instituições, a Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal — AEUDF — e o CEUB, foram constituídas por atores que possuíam certa proximidade com o campo do poder político então vigente. Em entrevista com o fundador da AEUDF, senador da República naquele momento e posteriormente líder do governo no Senado, constata-se que o surgimento do estabelecimento esteve associado à existência de uma clientela em potencial que, por trabalhar durante o período diurno, não conseguia realizar os seus estudos, uma vez que “o único complexo de terceiro grau era a UnB, funcionando somente durante o dia”. O fundador daquele estabelecimento, em contato com o então presidente Costa e Silva, sugeriu-lhe o desenvolvimento de gestões no sentido de se criar alguns cursos noturnos na instituição pública. De acordo com o referido depoimento, como essas articulações não obtiveram resultado positivo, ele decidiu pela abertura de uma

instituição particular capaz de atender à necessidade. O primeiro vestibular da AEUDF foi realizado no plenário da Câmara dos Deputados, com cerca de 5000 candidatos<sup>6</sup>.

O projeto de criação do CEUB, por sua vez, surgiu de contatos entre um coronel e alguns professores — que não mantinham vínculos com a UnB — com, na época, um deputado federal, visando à construção de um colégio. Após intensas discussões, a proposta inicial foi alterada e optou-se pela fundação de uma faculdade, perante a constatação de que o mercado de colégios já estava saturado. Segundo um dos seus fundadores:

Aqui havia colégios demais. Não havia no Brasil uma rede de ensino de primeiro e segundo graus tão boa quanto a de Brasília. Disse que não deveríamos mexer com colégio. Deveríamos abrir uma universidade que pudesse dar oportunidade àqueles que ficaram frustrados por não terem feito o seu curso superior. A UnB não funcionava à noite e nós funcionaríamos à noite. Assim teríamos todo este elenco de pessoas que queriam fazer um curso superior.

A associação educacional foi organizada contando com a participação de vários procuradores, ministros do poder judiciário e parlamentares, procurando conferir-lhe um certo prestígio social e político, começando a funcionar em 1968. De acordo com o mesmo entrevistado: “Quando nós levamos os nomes dos professores ao Conselho Federal de Educação, disseram-nos que aquilo era uma lista ministerial”. A cerimônia de inauguração do CEUB foi realizada no Plenário da Câmara dos Deputados, a pedido do então deputado sócio-proprietário da mantenedora, contando com a presença do ministro da Educação Tasso Dutra e do vice-presidente da República Pedro Aleixo, e foi transmitida em cadeia nacional pela “Voz do Brasil”, fatos que evidenciam as relações da instituição com determinadas esferas do poder político vigente à época. Nos primeiros anos de funcionamento, a faculdade alugava as instalações de alguns colégios de Brasília. Só mais tarde, o amplo terreno hoje ocupado pela instituição foi comprado da Companhia Imobiliária de Brasília — TER-RACAP — “por um preço mais ou menos simbólico”, segundo informação prestada por um dos fundadores<sup>7</sup>.

Os dados coletados e as entrevistas realizadas tendem a sugerir que as demais instituições laicas foram comandadas por típicos empresários educacionais que, além de não possuírem vínculo direto com o campo do poder político, tampouco desfrutavam de destacado prestígio acadêmico no campo do ensino superior. A maioria delas foi criada durante a década de 80, momento em que, segundo seus fundadores, havia espaço para a expansão do ensino superior

---

6. Entrevista realizada com o professor e ex-senador Eurico Rezende, fundador da AEUDF.

7. Entrevista realizada com o professor e ex-deputado federal João Herculino, fundador do CEUB.

local. Um dado que se repete também no discurso desses dirigentes diz respeito à carência de ensino noturno na Universidade de Brasília. Por outro lado, constata-se, nos relatos obtidos, uma vocação marcadamente profissionalizante destas instituições. Elas estão voltadas basicamente para atividades de ensino, inexistindo cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A escolha dos cursos a serem oferecidos freqüentemente se baseia nas demandas educacionais da população local e das potenciais oportunidades do mercado de trabalho. Várias destas instituições realizam periódicas pesquisas de mercado com o propósito de detectar as expectativas educacionais e as possibilidades profissionais que alguns cursos oferecem. A Faculdade Alvorada, que mantém um curso de processamento de dados, ilustra uma posição paradigmática no conjunto das instituições privadas locais. De acordo com um de seus dirigentes, a criação vinculou-se à percepção da existência de clientela e mercado profissional promissores. Neste sentido afirma:

Uma pesquisa de mercado na época nos deu um indicativo de que havia uma certa carência de um curso de processamento de dados que pudesse funcionar à noite, exatamente para atender uma clientela de trabalhadores, de pessoas que já estão no mercado de trabalho e que precisavam concluir um estudo de terceiro grau. Foi isto que levou a faculdade, naquele momento, a optar por este curso.

Segundo informação da direção, a maioria de seus professores está situada em um mercado de trabalho distinto da esfera propriamente acadêmica, dedicando-se à atividade de ensino apenas no período noturno. Este *ethos* profissionalizante, de certa forma, encontra-se ajustado às expectativas profissionais dos seus estudantes. De acordo com a direção: “grande parte de nossos alunos atuam em empresas privadas e do governo. Muitos estão aqui apenas para pegar o diploma e regularizar uma situação de fato”<sup>8</sup>.

Na medida em que o funcionamento destas instituições tende a ser comandada, de forma predominante, por uma lógica de mercado, percebe-se, por parte de seus dirigentes, forte preocupação com a inserção de seus alunos no mercado de trabalho. Sem dúvida, esta questão adquire uma dimensão crucial na existência destas instituições, pois, em certa medida, os julgamentos e as sanções sociais atribuídas a elas estão intimamente ligadas a um cumprimento das expectativas profissionalizantes de sua clientela. A preocupação com o desempenho profissional de seus alunos encontra-se na origem de uma crescente produção de um discurso sobre a qualidade do ensino prestado, elaborado por parte dos dirigentes desses estabelecimentos.

---

8. Entrevista realizada com o professor Olívio Miranda, diretor da Faculdade Alvorada. Seria oportuno registrar que esta faculdade foi adquirida por um grupo educacional que atua no Paraná, mantendo seis faculdades e doze colégios naquele Estado.

É importante ressaltar que os estabelecimentos de ensino particular do Distrito Federal não podem ser tratados de forma generalizada. Como já apontamos, as instituições diferem dentro do campo acadêmico. Neste sentido, deve-se salientar que a atual Universidade Católica de Brasília tem procurado construir um discurso e uma prática de modo a credenciá-la como o estabelecimento de ensino superior privado do Distrito Federal que manifesta maior preocupação com a elaboração de um projeto acadêmico-pedagógico. Percebe-se, pelos documentos coletados e depoimentos obtidos de seus dirigentes, a preocupação em construir estratégias acadêmicas visando à demarcação e ao distanciamento com relação aos estabelecimentos privados *tout court*. Além de oferecer cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Católica é a única instituição particular do Distrito Federal que possui um curso de mestrado *stricto sensu* oferecido na área de educação. De acordo com um de seus dirigentes:

O nosso objetivo principal não é apenas ensinar, mas educar, formar um cidadão. Uma instituição de ensino privado deve tomar muito cuidado para não transformar o ensino em comércio, aberto para apenas fazer dinheiro. Isto seria, a meu ver, uma traição à missão de formar e educar o jovem<sup>9</sup>.

## EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO DISTRITO FEDERAL

Concentrando-se na análise da evolução das instituições do Distrito Federal, identificam-se algumas diferenças significativas em relação ao quadro nacional (Figura 1). Ao invés da pequena taxa de crescimento atingida pelas instituições de ensino superior no país, durante o período analisado, no Distrito Federal ocorreu um crescimento da ordem de 150%. Esse processo, entretanto, sofreu algumas descontinuidades, como as ocorridas nos anos de 1978 e 1981, e momentos de considerável expansão, como nos anos de 1989 e 1993 (Figura 1).

---

9. Entrevista com o Reitor da Universidade Católica de Brasília — UCB —, Pe. Décio Batista Teixeira. A Faculdade Católica foi criada como consequência da reunião de algumas congregações católicas que constituíram a mantenedora em agosto de 1972, sendo o seu primeiro curso (pedagogia) implantado em 1974. Atualmente são cinco congregações que compõem a mantenedora: os Irmãos Maristas, os Irmãos das Escolas Cristãs, os Irmãos Salesianos de Dom Bosco, as Irmãs Salesianas e os Padres Estigmatinos. Com relação à transformação da Faculdade Católica em universidade, consultar o documento Relatório e parecer final dos consultores para reconhecimento da Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, 1994. A respeito dos cursos de pós-graduação *lato sensu* existentes nas IES privadas do Distrito Federal, consultar: Catálogo dos Cursos de Especialização em Instituições de Ensino Superior, p.21. Capes. Brasília, 1994.

**FIGURA 1**  
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**  
**PARA DISTRITO FEDERAL E BRASIL — 1973/1993**

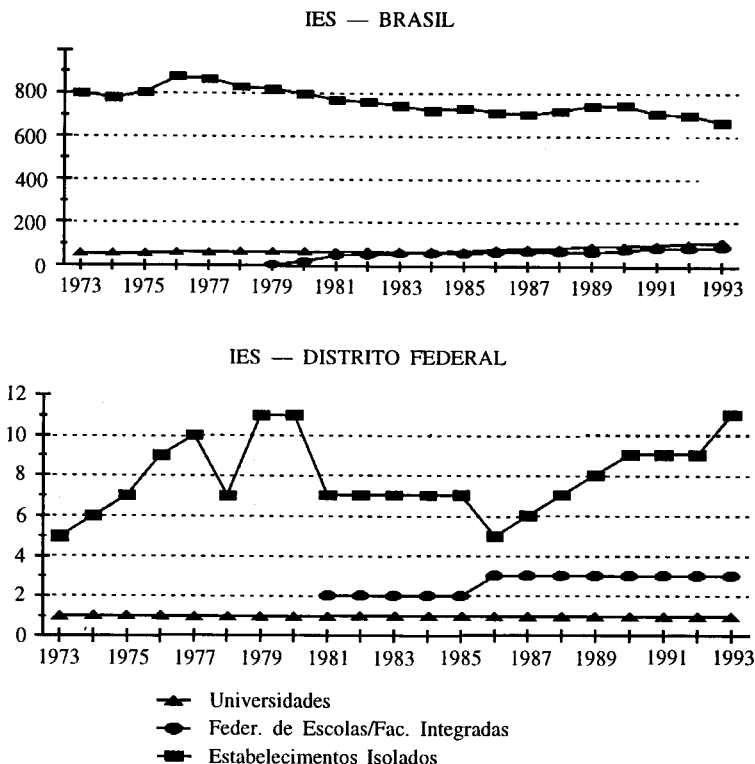


Fonte: MEC/SEEC.

Com referência às transformações relativas à natureza das instituições e à dependência administrativa, observa-se que o Distrito Federal permaneceu, em todo o período analisado, contando com apenas uma universidade pública. No Brasil, diferentemente, o número total de universidades dobrou. Em 1973 contavam-se 56 universidades, sendo 36 públicas; em 1993 o número de universidades somava 114, sendo que destas apenas 61 eram públicas. As particulares, por sua vez, passaram de vinte para 53 no mesmo período.

Não existe nenhuma federação de escolas no Distrito Federal. Quanto às faculdades integradas, como já foi afirmado anteriormente, até 1980 não havia nenhuma instituição dessa natureza, vindo a surgir duas em 1981. Observe-se que este período corresponde justamente a um dos momentos de maior expansão deste tipo de instituição no Brasil (147%) (Figura 2). Em 1986, surgiu mais uma faculdade integrada, totalizando três estabelecimentos sob esta modalidade, número que permaneceu constante até 1993.

**FIGURA 2**  
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR**  
**NATUREZA PARA DISTRITO FEDERAL E BRASIL — 1973/1993**



Fonte: MEC/SEEC.

Percebe-se que as principais variações ocorridas no Distrito Federal deveram-se ao comportamento dos estabelecimentos isolados (Tabela 4). Estes tiveram uma evolução inversa à observada no âmbito nacional. Contrariamente ao decréscimo observado no País, de 16% nas últimas duas décadas, no Distrito Federal esses estabelecimentos tiveram um crescimento de 120% no período. Mesmo assim, também ocorreram algumas discontinuidades neste processo, como nos anos de 1978, 1981 e em 1986, como pode ser observado na tabela 4. Os maiores surtos de expansão dos estabelecimentos privados do Distrito Federal ocorreram nos anos de 1979 (57%) e 1993 (22%), neste último caso, em franca oposição à tendência nacional que apresentava, no período, uma queda (4,5%)<sup>10</sup>.

10. Em todo o período, trata-se praticamente de estabelecimentos isolados particulares, à exceção do Instituto Rio Branco, instituição federal, que encontra-se vinculado ao Ministério de Relações Exteriores.

Em 1973, as IES privadas do Distrito Federal dispunham por volta de um total de 12.457 alunos matriculados<sup>11</sup>; em 1993, como já foi afirmado, o total de matrículas era igual a 23.466 (Tabela 4). Registrou-se, com isso, um crescimento próximo de 89% nas matrículas do ensino superior particular. A universidade pública local, por outro lado, contou com um incremento de 47% em suas matrículas no mesmo período, uma vez que em termos numéricos verifica-se que, em 1973, foram registradas 6.994 matrículas e, em 1993, este número saltou para 10.277, o que significa quase a metade do crescimento, em termos percentuais, obtido pelo conjunto das instituições privadas.

Quando comparamos os dados de matrícula, verificamos que a taxa de crescimento das matrículas das instituições particulares do Distrito Federal ficou um pouco acima da média dos estabelecimentos privados do país. Em Brasília, no ano de 1982 existiam 21.039 alunos matriculados no ensino superior privado, e, em 1993, este número passou para 23.466, registrando um crescimento da ordem de 11,5%. No ano de 1982, os números indicam que haviam 859.599 alunos matriculados nos estabelecimentos particulares do país e, em 1993, este número passou para 941.152, alcançando, portanto, um crescimento aproximadamente de 10%.

Quanto ao número de vagas oferecidas no vestibular, constata-se que, em 1974, a iniciativa privada apresentou uma oferta de 3.720 vagas; já em 1993 foram oferecidas 6.630 (Tabela 5). Estes dados indicam um crescimento na ordem de 78%. Na universidade pública este crescimento foi ainda um pouco maior, precisamente de 80%, uma vez que em 1974 foram oferecidas 1.500 vagas e, em 1993, 2.697. Nesta medida, pode-se dizer que, pelo menos quanto a este aspecto, a evolução do ensino público e privado foi bastante aproximada.

Com relação ao vestibular (Tabela 5), o número de inscritos nas instituições privadas e na UnB, de 1974 a 1993, sempre foi próximo. Esta situação é evidenciada pelos seguintes dados: em 1974 as instituições privadas contaram com um total de 10.790 inscritos, enquanto a UnB obteve 10.112. Em 1993

---

11. Não podemos apresentar o número exato de matrículas do ensino superior privado em 1973 devido ao fato de que os dados obtidos junto ao MEC somam todas as matrículas referentes aos estabelecimentos isolados sem que se faça a separação destes estabelecimentos por dependência administrativa. Os dados disponíveis indicam que, em 1973, os estabelecimentos isolados do DF matricularam 12.457 alunos, considere-se que aí estão incluídos o Instituto Rio Branco e também todas as instituições privadas, já que até então os estabelecimentos privados classificavam-se apenas como estabelecimentos isolados. Para efeito de nossos cálculos, optamos por admitir que o ensino privado dispunha de mais ou menos 12.400 alunos, supondo-se que o Instituto Rio Branco tenha matriculado os 57 alunos restantes. Esta suposição baseia-se na identificação de que, de 1982 a 1993, este estabelecimento matriculou entre 13 e 96 alunos.

**TABELA 4**  
**NÚMERO DE MATRÍCULAS POR NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E**

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE				
		T	F	E	M	P
1973 * BR	772800	...	...	...	...	...
	DF	19451	6944	...	...	...
1974 * BR	937593	409185	...	...	...	...
	DF	21376	6972	...	...	...
1975 * BR	1072548	465930	...	...	...	...
	DF	21705	8761	...	...	...
1976 * BR	1096727	475476	...	...	...	...
	DF	26347	9176	...	...	...
1977 * BR	1159046	507261	...	...	...	...
	DF	27347	9130	...	...	...
1978 * BR	1225557	548547	...	...	...	...
	DF	28859	8511	...	...	...
1979 BR	1311799	613192	...	...	...	...
	DF	-	-	...	...	...
1980 BR	1377286	652200	305099	81723	17019	248359
	DF	-	-	...	...	...
1981 BR	1386792	644203	...	...	...	...
	DF	29292	8257	...	...	...
1982 BR	1407987	659500	305468	87499	17624	248909
	DF	28517	7398	7398	-	-
1983 BR	1438992	687860	328044	98371	17213	244232
	DF	31419	7880	7880	-	-
1984 BR	1399539	672624	314194	106066	17602	234762
	DF	28821	9330	9330	-	-
1985 BR	1367609	671977	314102	104441	15414	238020
	DF	31012	9270	9270	-	-
1986 BR	1418196	722863	313520	104816	20600	283927
	DF	32564	8880	8880	-	-
1987 BR	1470555	761236	315956	114418	26180	304682
	DF	32143	8716	8716	-	-
1988 BR	1503560	770240	304465	129785	17178	318812
	DF	32175	8417	8417	-	-
1989 BR	1518904	816024	301535	136137	21663	356689
	DF	31557	8382	8382	-	-
1990 BR	1540080	824627	294626	136257	23499	370245
	DF	32683	8511	8511	-	-
1991 BR	1565056	855258	305350	153678	24390	371840
	DF	32186	8721	8721	-	-
1992 BR	1535788	871729	310533	159963	30353	370880
	DF	33853	9677	9677	-	-
1993 BR	1594668	940921	328907	167674	28623	415717
	DF	33794	10277	10277	-	-

Fonte: MEC/SEEC.

Legenda: BR = Brasil; DF = Distrito Federal; F = federal; E = estadual; P = particular; M = municipal; T = total.  
\* Os dados relativos aos estabelecimentos isolados também incluem o número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.



DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — BRASIL E DF — 1973/1993

FEDER. DE ESC./FAC. INTEGR.					ESTABELECIMENTO ISOLADO				
T	F	E	M	P	T	F	E	M	P
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	12457	...	...	...	...
...	...	...	...	...	528408	...	...	...	...
...	...	...	...	...	14404	...	...	...	...
...	...	...	...	...	606618	...	...	...	...
...	...	...	...	...	12944	...	...	...	...
...	...	...	...	...	621251	...	...	...	...
...	...	...	...	...	17171	...	...	...	...
...	...	...	...	...	651785	...	...	...	...
...	...	...	...	...	18217	...	...	...	...
...	...	...	...	...	677010	...	...	...	...
...	...	...	...	...	20348	...	...	...	...
...	...	...	...	...	698607	...	...	...	...
...	...	...	...	...	-	...	...	...	...
96892	-	2622	...	94270	628194	11616	24907	49246	542425
...	-	...	...	...	-	...	...	...	...
186540	-	2244	5239	179057	556049	11712	45059	70100	429178
12509	-	...	...	...	8526	...	...	...	...
189146	-	-	7198	181948	559341	11472	47402	71725	428742
11803	-	-	-	11803	9316	80	-	-	9236
206408	-	-	5032	201376	544724	12074	48826	67129	416695
12823	-	-	-	12823	10716	85	-	-	10631
198818	-	-	4067	194751	528097	12005	49947	67998	398147
11191	-	-	-	11191	8300	85	-	-	8215
184016	-	-	4052	179964	511616	12420	42375	63876	392945
13246	-	-	-	13246	8496	96	-	-	8400
190711	-	-	3094	187617	504622	12214	48973	74415	369020
15743	-	-	-	15743	7941	82	-	-	7859
197810	-	-	-	197810	511509	13467	53621	61323	383098
15628	-	-	-	15628	7799	49	-	-	7750
201744	-	-	965	200779	531576	13366	60951	58641	398618
15570	-	-	-	15570	8188	38	-	-	8150
183483	-	-	-	183483	519397	13748	57560	53771	394318
15263	-	-	-	15263	7912	13	-	-	7899
202079	-	-	-	202079	513374	14241	58160	51842	389132
15041	-	-	-	15041	9131	24	-	-	9107
225700	-	-	9266	216434	484098	14785	48637	49630	371046
14594	-	-	-	14594	8871	55	-	-	8816
205465	-	-	9445	196020	458594	15351	50170	53847	339226
15306	-	-	-	15306	8870	49	-	-	8821
210117	-	-	10362	199755	443630	15480	48861	53609	325680
14334	-	-	-	14334	9183	51	-	-	9132

ocorreram 25.167 inscrições na iniciativa privada e 26.607 na universidade pública local, o que mostra a grande concorrência ao vestibular da UnB. Conclui-se portanto que, tanto nas instituições privadas quanto na UnB, houve um grande crescimento de demanda, nas primeiras, de 133% e, na segunda, de 163%, o que, de certa forma, tende a expressar as elevadas taxas de expansão populacional do Distrito Federal.

Em certa medida, este crescimento de mais de 100% na demanda por ensino superior no período analisado (1974-1993) contribui para reforçar a suposição de que a iniciativa privada contou com um amplo espaço para sua expansão. Diante de certa contenção do ensino superior público, que manteve, em todos estes anos, apenas uma universidade e o Instituto Rio Branco, os grupos particulares puderam se beneficiar amplamente desta situação. Muito embora não se possa deixar de dizer que a única universidade pública tenha apresentado algum crescimento, haja vista o incremento de 80% no número de vagas oferecidas no vestibular.

A expansão da UnB pode ser verificada também a partir do aumento do número de cursos de graduação oferecidos pela instituição. Em 1973, ela possuía 26 cursos, enquanto que, em 1993, este número passou para 54, implicando um crescimento de 107%. Entretanto, no ensino superior privado, a evolução foi imensamente maior, isto é, houve um crescimento de 231%, considerando que, em 1973, eram oferecidos 16 cursos e, em 1993, eles passaram a 53.

Os dados do MEC/SEEC indicam que, no ano de 1973, aproximadamente 1.750 estudantes<sup>12</sup> finalizaram seus cursos de graduação em instituições de ensino particulares no Distrito Federal. Já no ano de 1993 (Tabela 6) este número subiu para 4.685, acusando um crescimento em torno de 168%. Na UnB, por sua vez, houve 900 conclusões em 1973 e 979 em 1993, o que corresponde a um discreto crescimento de 9% do número de conclusões. Este desempenho, no mínimo preocupante, provavelmente indica um expressivo fenômeno de evasão de alunos de seus cursos, questão esta que certamente merece investigações mais aprofundadas. Vê-se, com isso, que, no que se refere ao número de conclusões, o conjunto das instituições privadas de ensino superior cresceu 18 vezes mais do que a Universidade de Brasília.

Os dados indicam que, no Brasil, tanto no âmbito nacional quanto local, a expansão das conclusões dos cursos foi maior no ensino privado do que no segmento público. Constata-se que no ensino público, em 1981, ocorreram 80.948 conclusões e, em 1993, este número baixou para 80.211, apresentando, desta forma, um crescimento negativo de 1%. Já as instituições privadas, em

---

12. No que se refere ao número de conclusões no país, por dependência administrativa, não há dados referentes aos anos de 1973 a 1980.

**TABELA 5**  
**NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULAR, INSCRIÇÕES EM PRIMEIRA OPÇÃO E**  
**INGRESSOS, POR NATUREZA DA INSTITUIÇÃO SEGUNDO A DEPENDÊNCIA**  
**ADMINISTRATIVA — DF — 1974/1993\***

DEP. ADM.	ANO	TOTAL			UNIVERSIDADE			FAC. INTEGRADAS			ESTAB. ISOLADO			
		Vagas Ofer.	Inscr. 1º Op.	Ingr. Vest.	Vagas Ofer.	Inscr. 1º Op.	Ingr. Vest.	Vagas Ofer.	Inscr. 1º Op.	Ingr. Vest.	Vagas Ofer.	Inscr. 1º Op.	Ingr. Vest.	
	1974	T	5220	20902	-	1500	10112	-	-	-	3720	10790	-	
		F	1500	1012	-	1500	1012	-	-	-	-	-	-	
		P	3720	10790	-	-	-	-	-	-	3720	10790	-	
	1975	T	5800	23486	-	1600	10976	-	-	-	4200	12510	-	
		F	1600	10976	-	1600	10976	-	-	-	-	-	-	
		P	4200	12510	-	-	-	-	-	-	4200	12510	-	
	1976	T	6490	27215	-	1590	12843	-	-	-	4900	14372	-	
		F	1590	12843	-	1590	12843	-	-	-	-	-	-	
		P	4900	14372	-	-	-	-	-	-	4900	14372	-	
	1977	T	5475	31091	-	1600	14567	-	-	-	3875	16524	-	
		F	1600	14567	-	1600	14567	-	-	-	-	-	-	
		P	3875	16524	-	-	-	-	-	-	3875	16524	-	
	1985	T	6956	50064	6733	1666	13945	1457	3140	23040	3128	2150	13079	2148
		F	1686	14838	1477	1666	13945	1457	-	-	-	20	893	20
		P	5270	35226	5256	-	-	-	3140	23040	3128	2130	12186	2128
	1986	T	7315	61271	6999	1665	15636	1528	3820	30888	3641	1830	14747	1830
		F	1665	15636	528	1665	15636	1528	-	-	-	-	-	-
		P	5650	45635	5471	-	-	-	3820	30888	3141	1830	14747	1830
	1987	T	7510	67372	7201	1810	18818	1680	3820	29395	3625	1880	19159	189
		F	1830	19372	1695	1810	18818	1680	-	-	-	20	554	15
		P	5680	48000	5506	-	-	-	3820	29395	3625	1860	18605	174
	1988	T	7790	53744	7319	1820	16266	1533	3900	20062	3866	2070	17416	1920
		F	1840	17045	1546	1820	16266	1533	-	-	-	20	779	13
		P	5950	36699	5773	-	-	-	3900	20062	3866	2050	16637	1907
	1989	T	8100	52981	7480	2105	18798	1629	39680	19791	3905	2015	14392	1936
		F	2130	19577	1663	2105	18798	1639	-	-	-	25	779	24
		P	5970	33404	5817	-	-	-	39680	19791	3905	1990	13613	1912
	1990	T	8600	65683	8000	2140	16310	1850	4440	32030	4246	2020	17343	1904
		F	2190	17089	1898	2140	16310	1850	-	-	-	50	779	48
		P	6410	48594	6102	-	-	-	4440	32030	4246	1970	16564	1856
	1991	T	8985	47953	8405	2376	19045	2260	4349	16322	4132	2260	12586	2013
		F	2396	19996	2283	2376	19045	2260	-	-	-	20	951	23
		P	6589	27957	6122	-	-	-	4349	16322	4132	2240	11635	1990
	1992	T	8862	41510	8098	2362	19951	2217	4320	12536	3895	2180	9023	1986
		F	2362	19951	2217	2362	19951	2217	-	-	-	-	-	-
		P	6500	21559	5881	-	-	-	4320	12536	3895	2180	9023	1986
	1993	T	9350	52414	8813	2697	26607	2419	4320	14250	4060	2333	11557	2334
		F	2720	27247	2442	2697	26607	2419	-	-	-	23	640	23
		P	6630	25167	6371	-	-	-	4320	14250	4060	2310	10917	2311

Fonte: MEC/SEEC.

Legenda: T = total; F = federal; P = particular.

\* Não existem dados específicos do Distrito Federal para os anos de 1973, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984.

1981 titularam 145.475 graduandos, sendo que este número em 1993 passou para 154.077, verificando, portanto, um crescimento da ordem de 6%. Por outro lado, deve-se destacar que a taxa de expansão das instituições privadas do Distrito Federal superou, de forma expressiva, as suas congêneres em nível nacional, uma vez que seu crescimento foi de 21,5% no mesmo período.

**TABELA 6**  
**NÚMERO DE CONCLUINTEES POR NATUREZA DA INSTITUIÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — BRASIL E DF — 1983/1993**

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE						FEDER. DE ESC., FAC. INTEGR.						ESTABELECEMENTO ISOLADO					
		T	F	E	M	P	T	F	E	M	P	T	F	E	M	P	T	F	E
1983	BR 244639	92594	40568	12469	2948	36609	40752	-	-	1711	39041	111293	2295	9380	11836	87782			
	DF 6040	1284	1284			3260	3260	-	-	-	3260	1496	35	-	-	1461			
1984	BR 238096	94478	42829	13207	2768	36674	35043	-	-	468	34575	108575	2313	8807	11285	86170			
	DF 4706	1143	1143			2249	2249	-	-	-	2249	1314	37	-	-	1277			
1985	BR 227824	92010	39180	13280	2886	36664	33127	-	-	577	32550	102687	2012	7701	11514	81460			
	DF 4599	1313	1313			1885	1885	-	-	-	1885	1401	35	-	-	1366			
1986	BR 234173	102770	41894	13035	3533	44308	32098	-	-	581	31517	99305	1981	8802	12618	75904			
	DF 5214	1160	1160			2756	2756	-	-	-	2756	1298	41	-	-	1257			
1987	BR 228074	103533	41504	15161	3693	43175	33046	-	-	-	33046	91495	2354	8027	9978	71136			
	DF 5783	1233	1123			3254	3254	-	-	-	3254	1306	52	-	-	1254			
1988	BR 224809	101437	37711	16597	2320	44809	32570	-	-	165	32405	90802	2284	8027	9445	70631			
	DF 5783	1111	1111			2902	2902	-	-	-	2902	1270	30	-	-	1240			
1989	BR 227037	108816	39560	15851	2941	50464	29931	-	-	-	29931	88290	1809	8990	7964	69527			
	DF 4986	1096	1096			2856	2856	-	-	-	2856	1034	11	-	-	1023			
1990	BR 232275	109508	36609	16901	2795	53193	31972	-	-	-	31972	90795	2193	8867	9472	70263			
	DF 4872	982	982			2669	2669	-	-	-	2669	1221	11	-	-	1210			
1991	BR 230271	107743	36399	19235	3119	48990	37139	-	-	1305	35834	85389	2195	76	8059	67528			
	DF 4549	1019	1019			2578	2578	-	-	-	2578	952	32	-	-	920			
1992	BR 236410	116587	36540	20114	3765	56168	36228	-	-	1346	34882	83595	2094	7950	9495	64056			
	DF 4752	1004	1004			2643	2643	-	-	-	2643	1105	32	-	-	1073			
1993	BR 234288	120253	37080	19651	3807	59715	36147	-	-	1334	34813	77888	2053	7304	8982	59549			
	DF 5687	979	979			3190	3190	-	-	-	3190	1518	23	-	-	1495			

Fonte: MEC/SEEC.

Legenda: BR = Brasil; DF = Distrito Federal; F = federal; E = estadual; M = municipal; P = particular; T = total.

## OS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO — DF

Conforme podemos constatar — a partir dos dados da Tabela 7 —, o total de funções docentes contratadas pelo ensino superior no Distrito Federal no ano de 1993 era de 2.979. Destes, 37,3% pertenciam ao ensino público e 62,3% à iniciativa privada, contabilizando 1.856 professores nas escolas particulares. Os dados evidenciam uma menor qualificação acadêmica destes docentes, quando se estabelece uma comparação com o ensino público. Dos 1.485 docentes em exercício na iniciativa privada no ano de 1993, 479 (32%) dispunham apenas do nível de graduação, 719 (48%) possuíam o título de especialização, 246 (17%) eram mestres e somente 41 (3%) doutores. Estes dados contrastam com a qualificação do corpo docente da universidade pública local, onde, naquele mesmo ano, 53% do quadro possuía a titulação de doutor.

TABELA 7  
NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS EM 30.04, POR NATUREZA DA INSCRIÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — DF — 1973/1993

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE			FEDER. DE ESC., FAC. INTEGR.			ESTAB. ISOLADO		
		T	F	P	T	F	P	T	F	P
1973*	1103	723	723	-	-	-	-	380	-	380
1974*	996	591	591	-	-	-	-	405	-	405
1975*	1564	1027	1027	-	-	-	-	537	-	537
1976*	1553	827	827	-	-	-	-	726	-	726
1977*	1657	744	744	-	-	-	-	913	-	913
1978	1949	834	834	-	-	-	-	1115	45	1070
1979	1840	808	808	-	-	-	-	1032	26	1006
1980	1777	740	740	-	-	-	-	1037	41	996
1981	1919	837	837	-	553	-	553	529	12	517
1982	1891	856	856	-	516	-	516	519	38	481
1983	2008	867	867	-	520	-	520	621	39	582
1984	2036	869	869	-	555	-	555	612	29	583
1985	1960	879	879	-	556	-	556	525	38	487
1986	2100	889	889	-	751	-	751	460	27	433
1987	2310	1047	1047	-	775	-	775	488	38	450
1988	2800	1207	1207	-	1044	-	1044	549	29	520
1989	2960	1405	1405	-	993	-	993	562	32	530
1990	2967	1320	1320	-	996	-	996	651	34	617
1991	3034	1358	1358	-	990	-	990	686	32	654
1992	2904	1205	1358	-	1104	-	1104	595	32	563
1993	2979	1091	1091	-	1108	-	1108	780	32	748

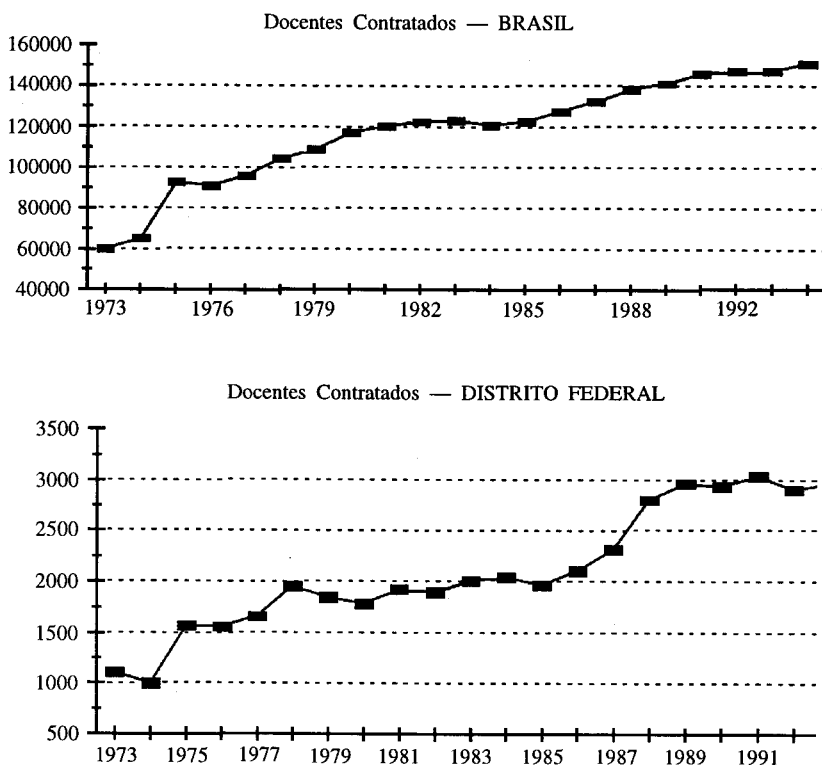
Fonte: MEC/SEEC.

Legenda: DF = Distrito Federal; F = federal; P = particular; T = total.

\* Os dados relativos aos estabelecimentos isolados também incluem o número de Federações de Escolas e Faculdades Integradas.

Diferentemente do quadro nacional, que apresentou uma evolução bastante estável, a trajetória do número das funções docentes contratadas no Distrito Federal foi instável, apresentando inúmeras oscilações, embora com uma nítida tendência de crescimento (Figura 3)

**FIGURA 3**  
**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES CONTRATADAS EM**  
**EXERCÍCIO PARA DISTRITO FEDERAL E BRASIL — 1973/1993**



Fonte: MEC/SEEC.

No conjunto, houve um crescimento numérico da ordem de 168%, maior portanto que o crescimento ocorrido no país, 152%. Entretanto, esse incremento não chegou a alterar significativamente a relação docentes/instituições, como ocorreu no nível nacional, pois no mesmo período houve elevação substancial do número de instituições no Distrito Federal.

Quando se analisa as funções docentes por natureza da instituição, constata-se, com relação à única universidade pública existente, que também neste caso o padrão evolutivo do número das funções docentes contratadas foi bastante irregular. No conjunto, houve um acréscimo de 51%. No entanto, deve-se

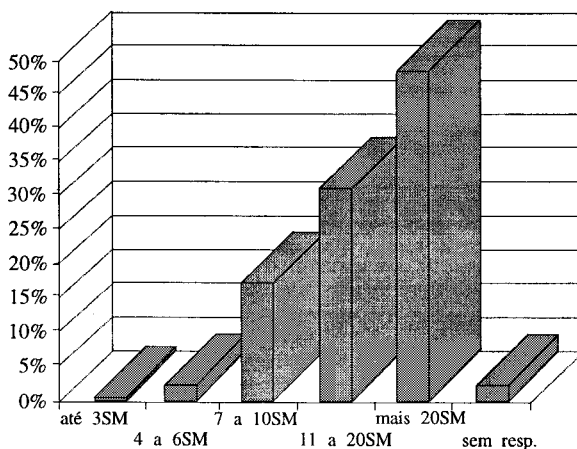
considerar que a tendência dos últimos dois anos é de decréscimo de -11%. As quedas de 1974 e de 1992 acompanharam o quadro geral das instituições do Distrito Federal.

A abordagem do comportamento das funções contratadas nas faculdades integradas revela um crescimento, bem mais estável, de 97% no período em questão. Excluindo-se as pequenas quedas de 1982, 1989 e 1993, sobressaem nesta evolução dois saltos de expansão: 1986 (35%) e 1988 (35%). Vale a pena observar que o ano de 1986 corresponde ao início de funcionamento da terceira faculdade integrada no Distrito Federal.

Com relação aos estabelecimentos isolados, a evolução mostrou-se também bastante instável. No conjunto ocorreu crescimento das funções contratadas em 105%. Houve dois períodos de expansão contínua: de 1973 a 1978 (com altas de até 35%) e de 1986 a 1993 (salvo 1992). Por outro lado, no ano de 1981 assistiu-se a uma queda brusca do número de docentes contratados de quase 49%.

Os dados obtidos dos questionários aplicados, para a presente investigação, indicam que o corpo docente das IES particulares é predominantemente masculino, representando 65,3% do total de seus professores. A grande maioria situa-se na faixa etária compreendida entre os trinta e os cinquenta anos. Quanto ao padrão de renda familiar, registrou-se um nível acima de onze salários mínimos (Gráfico 1). Além disso, deve-se acrescentar que 54% destes professores dispõem de imóvel próprio e residem na região “nobre” de Brasília (Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte)<sup>13</sup>.

**GRÁFICO 1**  
**RENDA FAMILIAR DOS DOCENTES**



13. Os gráficos 1, 2, 3 e 4 foram construídos a partir dos dados levantados na pesquisa: Trajetórias e Caracterização do Ensino Superior Privado no Distrito Federal.

Em relação à faixa salarial correspondente às atividades na IES particular, os dados indicam que 62,41% dos docentes recebem até oito salários mínimos. Destaque-se que, para a maioria desses professores (67,7%), o tempo de trabalho dedicado à IES não é muito expressivo, uma vez que não ultrapassa vinte horas semanais, considerando que o contrato de trabalho baseia-se predominantemente em horas-aula. Associando este tipo de contrato de trabalho à faixa salarial recebida, percebe-se que a maioria dos professores de IES particular não tem nesta atividade docente a sua principal fonte financeira e de ocupação do tempo.

Verificou-se também que um percentual muito significativo de docentes, mais de três quartos, exerce outra atividade profissional além da desempenhada na IES. Metade possui uma remuneração acima de onze salários mínimos em atividade profissional fora da IES particular, enquanto somente um pouco mais de dez por cento dos professores pesquisados recebem apenas até cinco salários mínimos na outra atividade profissional. Esta situação contribui de maneira significativa para a configuração de um docente menos profissionalizado do ponto de vista de carreira acadêmica<sup>14</sup>.

Os dados obtidos permitiram identificar que 67% dos professores do ensino privado tiveram sua formação acadêmica também em instituições particulares locais. Com isso, é possível deduzir que o processo de expansão acelerada de abertura de IES particulares possibilitou a formação paulatina do seu quadro docente no interior dessas próprias instituições.

Com relação à representação que os docentes fazem a respeito de sua prática profissional, constata-se que uma significativa parcela deste segmento (64,96%) avalia como “baixa” a remuneração obtida na IES particular. Constata-se também que mais da metade dos docentes não justifica sua permanência na instituição pela crença na possibilidade de obter, a partir dessa atividade profissional, sua principal fonte de remuneração. Apenas 19,24% possuíam essa opinião.

Quanto aos fatores que estariam contribuindo para a permanência do docente na IES, destaca-se a perspectiva de formação de novos relacionamentos sociais. Esta alternativa foi mais recorrente do que outras, tais como “manutenção de uma remuneração principal”, “complementação financeira”, ou “exercício acadêmico provisório”. Praticamente a metade dos professores apontou como objetivo principal de permanência na IES a possibilidade de formar relacionamentos, tais como fazer “novas amizades” ou estabelecer novas interações profissionais.

---

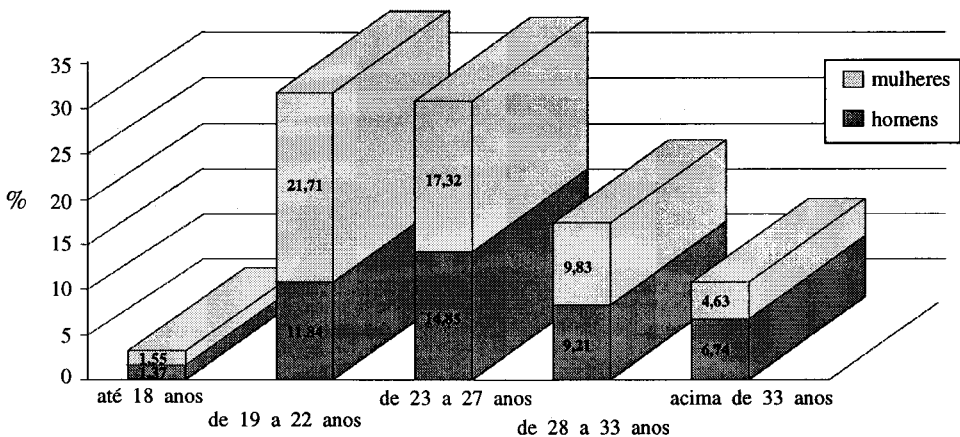
14. Ver a este propósito o trabalho de Simon Schwartzman e Elizabeth Balbachesky, 1995.



## OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO — DF

Os dados obtidos com relação ao corpo discente permitiram identificar que a imensa maioria deles são jovens situados nas faixas etárias de 19 a 22 anos (34%) e 23 a 27 anos (32%), com a predominância do sexo feminino nas duas faixas. Contudo, quando consideramos o estado civil casado, o número de dependentes e as faixas etárias mais avançadas — combinadas estas três condições —, constata-se que os homens são predominantes. Esta clientela contrasta de forma significativa com o contingente que frequentou as IES no início do processo de expansão do ensino superior privado nacional (ver Gráfico 2).

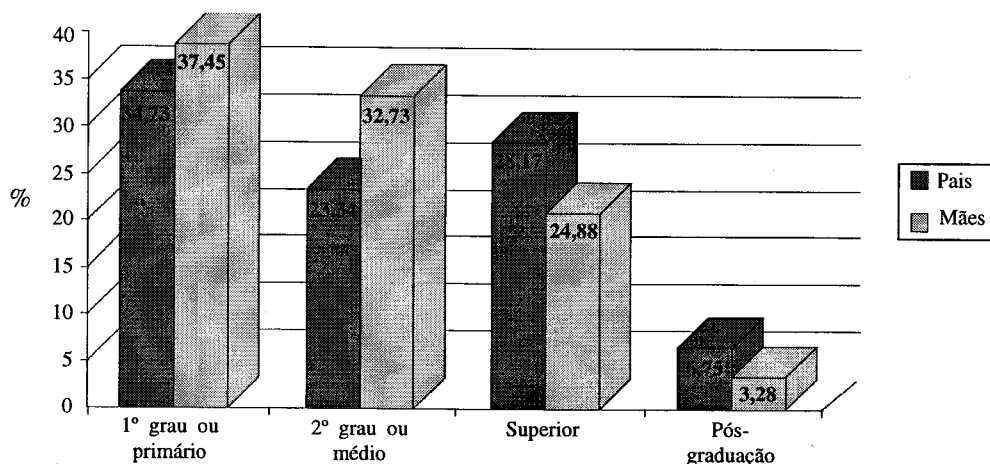
GRÁFICO 2  
PERFIL DISCENTE/FAIXA ETÁRIA E SEXO



Quanto às condições socioeconômicas, observou-se que, de forma geral, define-se um perfil razoavelmente elevado, considerados os dados relativos à renda familiar, ao local de residência e ao meio de locomoção dos discentes. Verifica-se que 43% dos alunos residiam nos quatro bairros mais “nobres” de Brasília (Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul e Lago Norte). Este é um dado que desautoriza uma impressão generalizada existente no senso comum que identifica a clientela do ensino superior privado como alunos de origem social modesta. Além disso, 50% dos discentes responderam que utilizavam veículo próprio para se deslocarem até a IES, sendo que 44,5% utilizavam-se exclusivamente deste meio, percentual bem superior aos 25% que se locomoviam em transporte público. Ainda no que se refere ao perfil socioeconômico, deve-se mencionar que 65% dos alunos possuíam renda familiar acima de 10 salários mínimos e, destes, mais da metade estava situada no patamar acima de 20 salários mínimos. Com relação ao grau de instrução dos pais, observa-se

que 37% destes possuem apenas o primeiro grau ou primário concluídos, 30% chegaram a concluir o segundo grau e os 33% restantes concluíram curso superior. Este último dado aponta para o fato de que uma parcela significativa dos estudantes não pode ser caracterizada como pertencendo a uma primeira geração familiar que ascendeu ao ensino superior, fenômeno que existia de forma recorrente no início do processo expansionista (ver Gráfico 3).

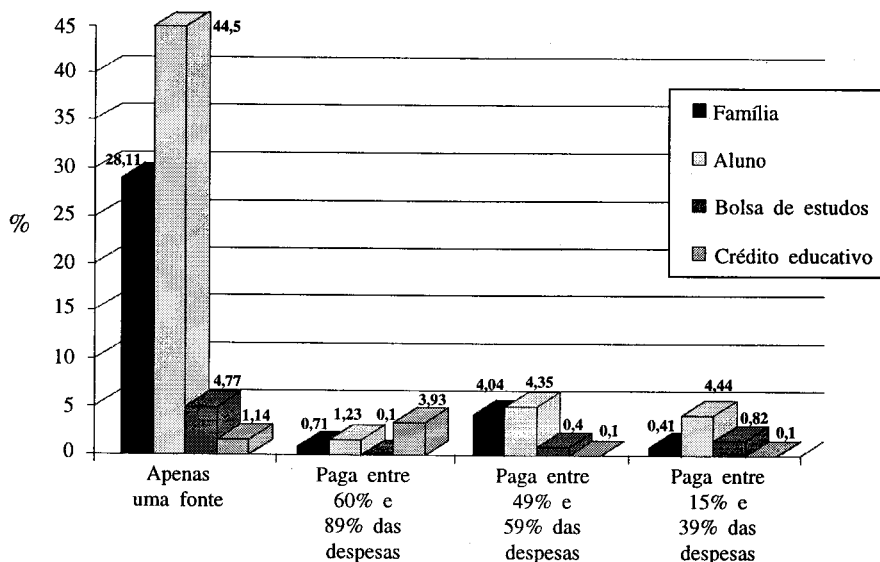
**GRÁFICO 3**  
**GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PAIS**



Com relação à trajetória escolar destes alunos, percebe-se que 66% terminaram o segundo grau numa faixa etária entre 17 e 18 anos, portanto num quadro “normal”, considerando a idade prevista para inserção no terceiro grau, 21% concluiu o nível secundário entre os 21 e 22 anos e os 13% restantes terminaram o segundo grau entre 23 e 29 anos. Observou-se que 48,3% dos discentes concluíram o grau secundário regular (ou acadêmico). Constatou-se também que 43% dos estudantes do ensino superior privado concluíram o segundo grau em escola particular, ao passo que 47% concluíram em escolas públicas, e 10% cursaram o segundo grau em ambos os tipos de instituição.

Os dados indicam também que 78,5% dos alunos têm seus estudos pagos por apenas uma fonte, sendo a principal delas o próprio aluno (44,5%) e, em seguida, sua família (28%). As demais modalidades de pagamento estão diluídas entre bolsas e crédito educativo que podem ser combinadas entre si e com os rendimentos dos próprios alunos ou de suas famílias (ver Gráfico 4).

**GRÁFICO 4**  
**QUEM FINANCIA AS DESPESAS COBRADAS PELA IES**



Com relação às condições profissionais, foi possível notar que 81% dos estudantes estavam inseridos no mercado de trabalho e, destes, 67% trabalhavam em área distinta de sua formação acadêmica. Observou-se que 70% do conjunto de estudantes que exercem atividades profissionais trabalhou a maior parte do tempo desde que ingressou na graduação. Este dado indica que os discentes vinculados às IES privadas caracterizam-se predominantemente como estudantes e trabalhadores simultaneamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados anteriormente tendem a indicar que, gradativamente, foi se constituindo um campo, relativamente heterogêneo, durante o período analisado, formado pelas instituições de ensino de terceiro grau local, no qual os estabelecimentos públicos e privados passaram a desempenhar funções acadêmicas razoavelmente distintas. A Universidade de Brasília, em razão da qualificação do seu corpo docente, do alto número de professores que nela trabalham em regime de dedicação exclusiva e da instalação, no seu interior, de um número expressivo de programas de pós-graduação — quando comparada com as demais instituições locais —, tem procurado posicionar-se além de uma mera instituição de ensino, buscando assumir como uma de suas tarefas a produção de novos conhecimentos. Ou seja, tem visado a se apresentar no interior deste campo como universidade de ensino-pesquisa e extensão, pro-

curando com isto extrair vantagens simbólicas e sociais pela prática acadêmica. Por outro lado, percebe-se que as instituições particulares que foram surgindo, durante os vinte anos enfocados, têm assumido como um de seus objetivos a formação de profissionais *tout court* para o mercado de trabalho. A atividade de pesquisa não vem sendo postulada como um elemento definidor de sua identidade institucional. Com isto, recruta uma clientela preocupada prioritariamente em (re)inserir-se no mercado de trabalho pela posse de títulos escolares. Os docentes que desempenham as funções de ensino nessas instituições, como assinalamos anteriormente, possuem uma outra atividade profissional, da qual retiram a maior parte de seu sustento financeiro, dedicando-se poucas horas à instituição de ensino na qual trabalham.

Tudo leva a crer que o *ethos* acadêmico, ou seja, um conjunto de valores, tais como a produção de novos conhecimentos obtidos pela prática da pesquisa, a incorporação dos resultados destes nas atividades de ensino, a dedicação prioritária por parte dos docentes às suas obrigações de ensino e pesquisa, tende a estruturar as práticas e as representações dos atores que participam da universidade pública local. Neste sentido, pode-se postular que a UnB possui um corpo docente com um *ethos* e uma prática acadêmica mais profissionalizante que as laicas. De certa forma, os dados não desautorizariam afirmar que a lógica de mercado, ou seja, uma preocupação em atender às demandas educacionais e profissionais de uma clientela em potencial, encontra-se nos princípios e nos fundamentos das instituições particulares que vêm atuando no Distrito Federal. Uma destas instituições particulares possivelmente constitui uma exceção com relação a esta lógica de funcionamento “mais empresarial”, a Católica de Brasília, uma vez que, como ressaltamos, procura construir um discurso e um projeto pedagógico mais voltado para um pólo acadêmico.

Chamamos a atenção neste trabalho para uma constelação de fatores que têm contribuído para o crescimento do ensino superior privado local, tais como altas taxas de crescimento populacional do Distrito Federal, concentração da burocracia federal, que associa as chances de sua reprodução social à obtenção de títulos escolares etc. Ao lado destes fatores, percebe-se também que a ausência de ensino noturno na universidade pública local desempenhou um papel relevante na dinâmica expansionista das instituições particulares. Os estabelecimentos privados privilegiaram cursos no período noturno, visando a atender a uma clientela já inserida no mercado de trabalho e que procurava conciliar os seus estudos com a atividade de trabalho. Os dados indicam que a função principal deste ensino privado é a de atender à demanda crescente por certificados de terceiro grau — em grande escala objetivando a maximização de resultados econômicos por parte das instituições — mais do que oferecer um ensino pautado pelo imbricamento com a atividade de pesquisa. No entanto, percebe-se uma gradativa preocupação por parte dos dirigentes destas instituições com a questão da qualidade do ensino oferecido, mesmo porque esta certamente passará, a curto prazo, a ser um elemento fundamental nas

estratégias de concorrência entre estas instituições visando ao recrutamento e à absorção da clientela.

Na medida em que um campo tende a funcionar através de uma luta entre as instituições que o constituem, talvez fosse oportuno indagar, também, até que ponto a expansão dos estabelecimentos privados não tem determinado uma certa mudança de conduta da universidade pública local, como, por exemplo, no que se refere à gradativa criação e implantação de cursos noturnos. Até que ponto também a discrepância verificada entre o desempenho quanto ao número de conclusões obtidas pelos estabelecimentos privados (crescimento de 168% entre 1973 e 1993) e pela UnB (crescimento de 9%, no mesmo período) não implicará, a curto prazo, uma profunda análise por parte desta universidade pública frente a este insatisfatório resultado e numa revisão de suas estratégias de atendimento do ensino de graduação? Tudo leva a crer que os próximos lances da concorrência entre os estabelecimentos que constituem o campo do ensino superior no Distrito Federal prometem ser intensos e acirrados. Este processo de luta, que poderá assumir formas manifesta e/ou latente, certamente contribuirá para que as instituições definam de modo mais claro as suas vocações acadêmicas e perfis institucionais, ou seja, para que elas aumentem o seu escopo de diferenciação acadêmica, o que, ao mesmo tempo, as conduzirá a intensificarem a busca de resultados satisfatórios e adequados aos seus objetivos proclamados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDIEU, P. *Chose dite*. Paris: Éditions de Minuit, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *Leçon sur la leçon*. Paris: Éditions de Minuit, 1982.

\_\_\_\_\_. *La Noblesse d'État*. Paris: Éditions de Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_. *Questions de sociologie*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. *Les Règles de l'art*. Paris: Éditions du Seuil, 1992a.

\_\_\_\_\_. *Réponses*. Paris: Éditions du Seuil, 1992b.

BORDIEU, P., SAINT-MARTIN, M., BOLTANSKI, L. As Estratégias de reconversão. In: DURAND, J. C. G. (org.). *Educação e hegemonia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo dos cursos de especialização em instituições de ensino superior, Brasília: CAPES, 1994.

- BRASIL. Ministério da Educação. *A Situação da pós-graduação*: 1993. Brasília: CAPES, 1994.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DISTRITO FEDERAL. *Anuário Estatístico do Distrito Federal*. Codeplan, 1991.
- DURHAN, E., SAMPAIO, H. *O Ensino privado no Brasil*. São Paulo: NUPES-USP, 1995. (Documento de Trabalho 3/95.)
- MARTINS, C. B. *O Novo ensino superior no Brasil (1964-1980)*. In: MARTINS, C. B. (org.). *Ensino Superior Brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MILLS, W. *A Nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- NEVES, C. B. *O Ensino superior privado no Rio Grande do Sul: a experiência das universidades comunitárias*. São Paulo: NUPES-USP, 1995. (Documento de Trabalho 6/95.)
- RIBEIRO, D. (org.). *A Invenção da Universidade de Brasília: 1961-1995. Carta 14*. Brasília: Bsb., p.81-121, 1995. (Informe de Distribuição do Senador Darcy Ribeiro).
- \_\_\_\_\_. *UnB: invenção e descaminhos*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- \_\_\_\_\_. A Universidade de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v.40, n., p., jul./set.1961.
- SCHWARTMAN, S., BALBACHESKY, S. *A Profissão acadêmica no Brasil*. São Paulo: NUPES-USP, 1995. (Documento de Trabalho 6/95.)
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Relatório e parecer final dos consultores para reconhecimento da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 1994.